

DIFERENCIAÇÃO SALARIAL ENTRE OS EMIGRANTES RURAIS DA PARAÍBA E OS NATIVOS URBANOS BRASILEIROS

Weskla Barbosa dos Santos*

Hilton Martins de Brito Ramalho**

Resumo: Este trabalho analisa a inserção dos emigrantes rurais oriundos da Paraíba no mercado de trabalho das cidades brasileiras. A partir dos dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE foram avaliadas a alocação dos trabalhadores em diferentes categorias de ocupação e diferenciais de rendimentos entre migrantes e nativos urbanos a partir de regressões de salários. No tocante ao mercado de trabalho urbano, o migrante proveniente da Paraíba emprega-se, sobretudo, em ocupações típicas do setor informal. Ainda foi possível apurar que o migrante típico é homem, de cor não branca, jovem e mais instruído que o não migrante rural. Por fim, com base no modelo empírico estimado, verificou-se que após a consideração dos atributos observados dos trabalhadores, os migrantes ainda ganham, em média, um salário-hora menor que os urbanos nativos.

Palavras-chaves: Migração Rural-Urbana; Paraíba; Mercado de Trabalho; Diferenciais de Salários.

Classificação JEL: J61

Abstract: This study examines the integration of rural migrants from Paraíba in the labor market in Brazilian cities. To do so, from the data Censuses from 2000 IBGE evaluate the allocation of these workers in different categories of occupation and income differentials between migrants and urban natives to from wage regressions. Regarding the urban labor market, migrants from the Paraíba is employed mainly in typical occupations in the informal sector. Although it was found that the typical migrant is a man, non-white, young and better educated than the rural non-migrant. Finally, based on the estimated empirical model, it was found that after consideration of the observed attributes of workers, migrants still earn an average hourly wage

* Mestranda do PPGE/UFPB

** Professor do Departamento de Economia da UFPB

lower than the urban natives, a characteristic that is explained by unobserved productive attributes (unfavorable) belonging to emigrants of Paraíba.

Keywords: Rural-Urban Migration, Paraíba, Labor Market, Wage Differentials.

JEL Code: J61

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da migração do trabalho está historicamente atrelado ao processo de crescimento e urbanização no Brasil. De acordo com os dados do IBGE, a população rural brasileira era de 11 milhões de habitantes nos anos 50, sendo que a região Nordeste foi responsável por enviar 46,3% da referida população para o meio urbano. Até a década de 60, o fenômeno da mobilidade populacional pode ser justificado não apenas pelas grandes secas que atingiam a região, mas também pela construção da nova capital federal (Brasília) e pelos trabalhos que a colheita de café oferecia (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

Não obstante, pode-se dizer que a população rural do país atingiu seu máximo no ano de 1970, chegando a 44% do total nacional, o que correspondia na época a 41 milhões de habitantes. Desde então, o país vem sofrendo relativos declínios populacionais no meio rural. Durante a década de 70, o Brasil registrou o maior pico de migração rural-urbana. Martine e Camargo (1984) estimam que, no período em destaque, o número de emigrantes rurais superou 15 milhões, fato que contribuiu para uma redução de 7,2% da população rural entre as décadas de 70 e 80. Já nos anos 90, Camarano e Abramovay (1999) mostram que o êxodo rural respondeu por 54,6% das saídas entre os anos de 1990 e 1995 na região Nordeste o equivalente a um declínio de 1,2 milhão da população nordestina, em termos absolutos. De acordo com as projeções

realizadas pela ONU, em 2050 é esperado que a população brasileira esteja vivendo em sua grande parte no meio urbano, contra 6,4% de moradores no meio rural.

Em estudo recente, Ramalho (2008) mostra, a partir dos dados dos censos demográficos de 1991 e 2000, que a região Nordeste detém a maior parcela da população rural do Brasil. Ainda revela que a referida região deteve cerca de 47% da população rural do país e que responde por mais de 50% dos não migrantes rurais brasileiros, dentre os quais, cerca de 46% têm menos de 16 anos de idade.

A região Nordeste sofreu um processo tardio de urbanização, o que permitiu que boa parte de sua população permanecesse no meio rural. Ramalho (2008) mostra, através da razão entre valor adicionado à produção agrícola e o número de trabalhadores ocupados, que o Nordeste possui os piores indicadores de produtividade no período de 1991-2000. Ao comparar as regiões mais pobres do Brasil (Norte e Nordeste) com as mais desenvolvidas (Sudeste, Sul e Centro Oeste), ainda verifica grandes disparidades diante do indicador citado, sobretudo, em 1995, quando o Sudeste possuía o dobro do valor adicionado por trabalhador comparado com a região Nordeste diante das atividades agropecuárias.

É fato que, com a ausência de planejamento governamental nas cidades, a migração rural-urbana condicionou problemas como favelização, pobreza, desemprego, entre outros. No entanto, conforme Golgher (2004), mesmo com tais problemas urbanos, as cidades continuam atraindo muitos migrantes, fazendo com que as políticas públicas tenham como objetivo a melhora na condição de vida nas cidades. Desta forma, muitas opiniões são formadas a respeito da migração, sejam elas a favor ou contra.

Braga (2006) mostra em sua pesquisa que a instabilidade que passava a economia brasileira durante as décadas de 80 e 90, tornou os problemas a cerca do mercado de trabalho ainda mais

graves, passando a restringir o crescimento dos empregos formais. Já Souza (2006) acredita que o crescimento do setor informal no Brasil se deu na década de 90, quando houve a abertura do comércio e das privatizações, onde ocorreram as profundas mudanças estruturais na produção do país. É importante considerar que possui muitas outras óticas de se analisar determinadas variáveis.

Dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD de 2008 revelam que a população paraibana é formada por cerca de 3,7 milhões de habitantes, dentre os quais cerca de 22% da população ou pouco mais de 800 mil pessoas ainda vivem em áreas rurais. Ainda é possível anotar que dentre as pessoas com 18 anos ou mais moradoras do meio rural, cerca de 44% são analfabetos, enquanto no meio urbano, esse percentual é de apenas 20%. A renda média domiciliar per capita nas áreas rurais da Paraíba equivale a menos da metade daquela verificada nos domicílios urbanos. Segundo o censo de 2000 do IBGE, a Mata Paraibana possui o maior número de pessoas que não são naturais com menos de 10 anos ininterruptos de residência na Unidade da Federação, sugerindo que grande parte das migrações pode ser direcionada para essa zona.

Dado o panorama anterior, este trabalho tem por objetivo geral investigar a inserção dos emigrantes rurais oriundos da Paraíba no mercado de trabalho das cidades brasileiras. Busca-se também a partir de objetivos específicos: verificar as características dos migrantes rural-urbano ao que se refere à raça, sexo, anos de estudo, idade, rendimento do trabalho, horas de trabalho, emprego e ocupação conforme os dados do Censo de 2000, e; (b) estimar as diferenças de salários entre os migrantes rural-urbano provenientes da Paraíba e os nativos urbanos brasileiros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A abordagem dos modelos de economia dual

A migração do trabalho tem sido estudada por diversos autores em diferentes aspectos com o objetivo de verificar quais são as implicações e as causas que essa mobilidade proporciona para o indivíduo e para a região que o recebe. Foi através dos trabalhos desenvolvidos por Lewis (1954) e Ranis e Fei (1961), que surgiram os primeiros modelos formalizados de migração. Especificamente, os trabalhos dos referidos autores permitiram estudar o processo migratório no contexto da transição de uma economia agrícola para uma economia mais desenvolvida.

O modelo de Lewis (1954) parte da hipótese central de que há dois setores na economia: o setor capitalista e o de subsistência, pressuposto que pode ser adaptado para a dicotomia entre os meios urbano e rural. Considerou ainda que no setor de subsistência a produção total era igualmente dividida entre os trabalhadores (remuneração paga pela produtividade média) e que as atividades econômicas não objetivavam lucro. Desse modo, toda oferta excedente de mão de obra poderia se dirigir ao setor capitalista sem qualquer custo de oportunidade, uma vez que o autor em destaque assumiu oferta de trabalho perfeitamente elástica.

O excesso de oferta de trabalho do setor de subsistência seria estimulado a se transferir para as indústrias localizadas no setor capitalista devido à menor produtividade marginal do primeiro setor e pelo maior acúmulo de capital existente na produção industrial, características que favorecem o crescimento e urbanização da economia capitalista.

Com base nessas premissas, ao se interpretar o setor de subsistência como o setor rural e o capitalista como o urbano, pode-se afirmar que o modelo em foco mostra que o fenômeno da migração é condicionado pela dinâmica industrial do setor

urbano, a qual provoca o crescimento da demanda por mão de obra oriundo do meio rural. Destarte, prediz que a migração rural-urbana deve prosseguir até o momento em que o excesso de oferta de trabalhadores no meio rural deixe de existir.

O modelo Ranis e Fei (1961), por seu turno, descarta a hipótese de oferta excedente de trabalho no meio rural. Assume a existência de duas economias (A e B) que comercializam entre si com vantagens comparativas na produção de bens diferentes, contudo, sujeitas à lei dos rendimentos marginais decrescentes. Nesse contexto, qualquer fator exógeno que permitisse uma diferença na taxa de salários entre as economias, deveria provocar a mobilidade do trabalho. Caso a remuneração do trabalho na economia B fosse inferior à observada na economia A ($w_b < w_a$), então a migração de trabalhadores de B para A provocaria o ajustamento dos salários, devido à retração da oferta de mão de obra em B e a expansão em A. Portanto, os movimentos migratórios devem continuar até que se esgotem as diferenças iniciais de salários entre as economias.

2.2. A abordagem histórico-estrutural

A abordagem histórico-estrutural das migrações surgiu no final dos anos sessenta, mais especificamente na América Latina, onde se buscava compreender o fenômeno migratório no contexto de países menos desenvolvidos.

Segundo a abordagem em destaque, a decisão de migrar não pode ser tratada como uma decisão individual, ao contrário, estaria condicionada a grupos sociais, sujeitos a processos históricos diferenciados em termos de padrões de acumulação de capital (FERREIRA, 2001). Também resgata a visão marxista ao assumir que os trabalhadores não são detentores dos meios de produção e sim os capitalistas. Aos primeiros restaria apenas ofertar sua força de trabalho aos segundos em troca de uma remuneração que assegure sua subsistência.

Nesse contexto, a explicação para os movimentos migratórios estaria na dinâmica e padrões de acumulação capitalista. Se por um lado, nas áreas menos desenvolvidas (meio rural), o capital tende a dismantelar/reorganizar a estrutura produtiva, especialmente com introdução de tecnologias poupadoras de mão de obra, por outro, tende a concentrar-se nas regiões mais produtivas (meio urbano), onde é maior a rentabilidade do capital que é investido. Assim, os trabalhadores seriam condicionados a migrar em direção às áreas em que há maior dinâmica e rentabilidade do capital, portanto, a migração do trabalho, ao contrário da previsão dos modelos neoclássicos, enquanto parte da estratégia de acumulação capitalista tenderia a promover a ampliação das desigualdades regionais (SINGER, 1981; FERREIRA, 2001).

2.3. Os modelos todarianos

A partir da década de sessenta surgiram várias críticas acerca da visão neoclássica para as migrações. Tais reações ocorreram diante da incapacidade desses modelos de explicar os movimentos populacionais, especialmente, rural-urbano, mediante as crescentes taxas de desemprego nas cidades (SOMIK et al., 2006). Todavia, os primeiros modelos capazes de preencher a referida lacuna, foram formalizados por Todaro (1969) e Harris e Todaro (1970), hoje conhecidos como modelo todarianos.

As hipóteses básicas dos modelos todarianos são: (i) o mercado de trabalho, do meio rural, opera em competição perfeita e remunera a mão de obra de acordo com sua produtividade marginal; e (ii) o mercado de trabalho urbano é imperfeitamente competitivo, estabelecendo uma taxa de salário acima da produtividade marginal da zona rural¹³.

¹³ Cabe ressaltar, que a rigidez salarial não é explicada pelos modelos todarianos básicos, apenas assumida como exógena.

Diante de tais premissas, a decisão individual de migração rural-urbana não deve levar em conta apenas o diferencial de salários líquidos dos custos da mobilidade, mas também o valor presente do fluxo de rendimentos líquidos ao longo da vida laboral do trabalhador e a probabilidade de emprego na cidade. Logo, a condição diferencial de rendimentos favorável ao meio urbano não seria suficiente para promover a migração. Harris e Todaro (1970) mostram que na presença de salário relativamente baixo no meio urbano, por exemplo, as pessoas ainda podem deixar o meio rural se houver também uma alta probabilidade de conseguirem emprego nas cidades. Por outro lado, uma taxa de salário relativamente alta combinado a baixas chances de emprego, também poderiam induzir os movimentos populacionais, resultado que corrobora a persistência das migrações não obstante o desemprego no meio urbano. Ainda preveem que a migração rural-urbana deve prosseguir até o ponto em que a renda líquida esperada (renda líquida ponderada pela probabilidade de emprego) se iguale entre os meios rural e urbano.

Cole e Sanders (1985), por sua vez, fizeram uma extensão do arcabouço acima considerado, permitindo a segmentação no mercado de trabalho urbano. Mostraram que os indivíduos menos habilitados migram para as cidades na busca de empregos informais, enquanto os mais instruídos procuram os empregos formais. Entretanto, com o decorrer do tempo de vida na cidade, parte dos emigrantes rurais passaria a procurar emprego no setor formal. Para os autores em destaque, as diferenças de investimento em capital humano determinam a alocação inicial dos migrantes no mercado de trabalho, possibilitando a migração rural-urbana mesmo com probabilidade zero de emprego no setor formal. Ainda destacam que o setor informal funcionaria com campo transitório para os migrantes.

2.4. A abordagem do capital humano

É sabido que entre muitos indivíduos alguns decidem por migrar e outros são mais resistentes. A abordagem do capital humano busca justificar exatamente porque isso acontece, questão até então aberta nos modelos neoclássicos e todarianos.

Schultz (1961) interpretou a migração como sendo um investimento em capacidades e conhecimentos, ou seja, os migrantes tendem a fazer um investimento alto sobre sua educação esperando conseguir em um futuro próximo o retorno por tal ação. Essa ideia foi formalizada por Sjaastad (1962), ao esquematizar e formalizar a decisão de migrar em termos do fluxo de benefícios esperado no lugar de destino e dos custos financeiros e psicológicos envolvidos na migração.

Para a teoria do capital humano, os migrantes seriam pessoas mais habilidosas que a média da população e capazes de antecipar os retornos salariais do investimento em educação e treinamento, sendo, portanto, distribuídos de forma não aleatória (autosseleccionados) na população. Nesse sentido, Chiswick (1999) destaca que os migrantes possuem atributos produtivos favoráveis e diferenciados em relação aos não migrantes, a saber, são mais jovens, persistentes, empreendedores, motivados, predispostos ao risco etc.

Borjas (1987) forneceu uma importante contribuição para a teoria do capital humano ao adaptar o modelo clássico de escolha ocupacional de Roy (1951) ao contexto das migrações, estabelecendo conexões importantes entre a decisão de migrar, autoseleção e determinação dos salários. Mostrou ainda que os indivíduos mais habilidosos seriam estimulados a migrar dependendo do diferencial de retorno esperado entre o país de origem e o de destino, levando em consideração o custo de deslocamento. Ou seja, os migrantes, positivamente autosseleccionados, ao comparar os rendimentos dos diferentes países, obteriam um rendimento esperado superior à média da

população do país de origem e destino, ao contrário dos migrantes negativamente selecionados em habilidades produtivas. Outro resultado derivado é que a seletividade do fluxo migratório depende do grau de dispersão relativa das rendas nos dois países, enquanto a intensidade e sentido das migrações seguem os diferenciais de rendimento médio oferecidos aos trabalhadores em cada país (RAMALHO, 2008).

2.5. O enfoque da nova teoria econômica da migração

Stark (1982) e Stark e Bloom (1985) contribuíram para consolidação de uma nova visão acerca dos determinantes das migrações, a qual ficou conhecida mais recentemente como a abordagem da Nova Teoria da Migração do Trabalho (NTEM). Ao contrário dos arcabouços anteriores, esse novo enfoque transfere a decisão de migração para o contexto intradomiciliar.

Ao contrário de Mincer (1978), que foi pioneiro na análise da migração familiar, a NTEM mostra como a migração afeta toda a família, alocando seus componentes entre os meios rural e urbano de forma a minimizar riscos e maximizar renda.

Uma das principais hipóteses da NTEM é a presença de falhas de mercado, particularmente, nos mercados de crédito e seguros. Nesse contexto, as famílias decidem acerca de quais de seus membros devem permanecer no meio rural e quais devem se dirigir ao meio urbano, considerando a possibilidade de diminuir os riscos envolvidos nas atividades agrícolas e de maximizar a renda esperada da família.

Os riscos poderiam ser minimizados com a migração rural-urbana uma vez que o migrante teria melhor acesso ao crédito/seguro na cidade. Adicionalmente, a transferência de recursos do meio urbano para o meio rural, viabilizada pelos migrantes, permitiria a diversificação da renda familiar e a passagem da produção agrícola de subsistência para uma

produção comercial (STARK et al., 1986; KATZ e STARK, 1986).

A NTEM, diferentemente da abordagem do capital humano, não considera que os diferenciais de renda esperada são suficientes para estimular a migração rural-urbana, pois ao considerar a decisão de migração no ambiente intradomiciliar, outros fatores entram em ação ao que diz respeito os atributos do indivíduo e interesses das famílias. Destarte, a baixa posição do indivíduo/família na distribuição de renda comunitária (privação relativa), pode, por si só, influenciar a migração rural-urbana na busca por melhor condição de consumo, mesmo que a priori, haja expectativa de baixo retorno salarial (STARK e LUCAS, 1988). Por outro lado, a possibilidade de fazer crescer economicamente a produção familiar enviando trabalhadores para o meio urbano, pode incentivar a maior taxa de fertilidade no meio rural.

Diante do panorama exposto, pode-se verificar que a migração rural-urbana, segundo a abordagem da NTEM, é um instrumento de diversificação dos rendimentos domiciliares, que quando realizada pode melhorar os aspectos econômico do meio rural (STARK e LEVHARI, 1982; STARK, 1984; STARK e LUCAS, 1988).

2.6 Abordagem da teoria das redes sociais

A abordagem da teoria das redes sociais defende a ideia de que o fluxo migratório não acaba com o decorrer do tempo por causa dos laços familiares ou de amizades que ligam migrantes ao local de destino, que, por sua vez, proporciona um menor risco e custos, aumentando a probabilidade do indivíduo efetivar a migração. Ao contrário das abordagens vistas anteriormente, a teoria das redes sociais não considera as influências dos diferenciais de salários ou das taxas de emprego no processo de migração do trabalho, e em razão dos laços sociais, a migração

pode tornar-se menos seletiva diante dos aspectos socioeconômicos.

Maia (2002) defende a concepção de que quanto maiores são as redes sociais, melhores os indivíduos estarão, visto que através delas se permite visualizar qual a colocação das pessoas no sistema social. O referido autor também chama atenção para a dificuldade de se mensurar os inúmeros relacionamentos que um indivíduo possa adquirir, visto que diferentes trajetórias durante a vida levam uma intensificação de redes também diferenciadas.

Portes (1999), por sua vez, entende a migração como um processo criador de redes, já que os indivíduos mantém contato tanto com os locais de origem como também com os locais de destino. Ademais, as redes sociais tendem a se autossustentar no decorrer do tempo, devido ao capital social acumulado que proporciona aos migrantes em potencial, como: contatos pessoais com parentes, amigos e conterrâneos, além de favorecer oportunidades de emprego, hospedagem e assistência financeira em seu destino (SOARES, 2004).

Diante disso, pode-se observar que a seleção do local de destino será baseada no grau de firmação de redes, aumentando as chances de o trabalhador migrar para lugares distantes da região de origem, já que, quanto mais fortes são as redes sociais, menor será o grau de risco envolvido (ASSIS, 2003).

Alguns autores afirmam que há diferença entre gêneros no que tange a inserção migratória através das redes sociais, visto que as mulheres possuem acesso restrito a empregos de qualidade (ASSIS, 2003; GOZA, 2003). Com isso, grande parte das mulheres que decidem migrar nessas condições acaba por obter emprego com baixa remuneração. As redes sociais possibilitam que essas pessoas tenham menor dificuldade tanto ao cotidiano quanto à inserção na nova cultura.

Portanto, o papel das redes sociais não pode ser desprezado, sobretudo, pelo seu importante estímulo à

efetivação das migrações, redução de custos/riscos e viabilização de trabalho.

3 METODOLOGIA

3.1 Base de dados e tratamentos

Para a realização desse trabalho foram utilizados dados extraídos do Censo Demográfico 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Censo foi utilizado por possuir uma amostra superior a das PNADs e permitir a identificação da migração rural-urbana. Ainda detalha características socioeconômicas dos migrantes e de seus domicílios.

Desta forma, as pesquisas censitárias permitem trabalhar com a definição de migrante por data fixa, isto é, o migrante rural-urbano será o indivíduo que a cinco anos da data de pesquisa residia no meio rural de outro município diferente daquele declarado na entrevista (urbano). Particularmente, serão considerados aqueles indivíduos que deixaram o meio rural da Paraíba, seja em direção ao meio urbano do próprio estado ou de outras unidades federativas. Enquanto o não migrante rural é definido como o indivíduo que sempre morou na zona rural da Paraíba. A identificação dos dois grupos tratados anteriormente torna-se necessário por ser útil a análise estatística de comparação entre médias e proporções amostrais dos mesmos.

3.2 Estratégia empírica

Com o intuito de investigar as diferenças entre os salários dos migrantes rural-urbano provenientes da Paraíba e dos nativos urbanos, apresenta-se nessa seção a estratégia empírica adotada.

O modelo econométrico utilizado segue aquele empregado nos estudos de Chiswick (1978) e Santos Júnior et. al (2005), formalmente descrito por:

$$\text{Ln}W_i = \alpha + \beta X_i + \gamma M_i + \varepsilon_i$$

Onde $\text{Ln}W_i$ é logaritmo do salário do trabalhador por hora, X_i um vetor de variáveis referentes aos atributos produtivos, M_i é uma variável binária, que recebe valor 0 se o trabalhador é nativo urbano em qualquer cidade brasileira e 1 se for migrante rural-urbano que residiu na Paraíba há cinco da data de entrevista, α , γ e β são parâmetros a serem estimados (sendo o último um vetor) e ε_i um termo estocástico.

O intuito da regressão acima é comparar os salários dos migrantes e não migrantes ajustado com todas as variáveis observadas que influenciam o mesmo. Assim, uma vez ajustado o modelo, procura-se verificar se os migrantes ganharam, em média, mais que os nativos urbanos. Obtendo um diferencial positivo, pode-se inferir que a variável migração comporta uma série de outras variáveis não observáveis, como por exemplo, motivação e agressividade, que poderiam tornar os migrantes não aleatórios na amostra.

Especificamente, o método consiste em verificar se o coeficiente γ associado à variável binária M_i é positivo e estatisticamente significativo. Caso seja, há evidências que os migrantes recebem salários maiores que os não migrantes, possivelmente devido à seleção positiva dos primeiros.

É importante ressaltar que a amostra utilizada na regressão Eq.(1) se restringiu apenas aos migrantes rural-urbano provenientes da Paraíba e aos nativos urbanos do Brasil, dados coletados a partir do Censo de 2000 do IBGE. O migrante rural-urbano é o indivíduo que a cinco anos da data de pesquisa residia no meio rural de outro município (na Paraíba) diferente

daquele declarado na entrevista (urbano). Já o nativo urbano é o indivíduo que nasceu e sempre morou no meio urbano do município. Adicionalmente, foram considerados apenas os trabalhadores (migrantes/nativos) com idade entre 18 e 70 anos e com rendimentos positivos no trabalho principal.

Por sua vez, algumas variáveis foram utilizadas para determinação dos rendimentos X_i , todas referentes aos atributos de escolaridade, gênero, cor de pele, experiência, posição na ocupação (com carteira, sem carteira, autônomo, funcionário público ou empregador) de residência. O leitor encontra uma descrição detalhada de cada variável usada nas regressões e estatísticas descritivas, respectivamente, nas tabelas A.1 e A.2, em apêndice.

3.3 Decomposição de Oaxaca

A decomposição de Oaxaca é uma técnica bastante empregada em estudos sobre discriminação de salários. Diferentemente das regressões de salários que introduzem variáveis dummy para calcular as discrepâncias entre dois grupos, a decomposição de Oaxaca permite aferir o efeito das variáveis não observáveis, uma vez que, além de considerar a diferença do intercepto, a técnica permite computar as diferenças entre os demais parâmetros associados aos atributos observados.

A decomposição de Oaxaca pode ser sintetizada a partir da seguinte equação:

$$\ln W_{i1} - \ln W_{i0} = \sum_{i=1}^n \bar{X}_{i0} (\hat{\beta}_{i1} - \hat{\beta}_{i0}) + \sum_{i=1}^n \hat{\beta}_{i1} (\bar{X}_{i1} - \bar{X}_{i0}) \quad (2)$$

Onde: $\ln W_{i1}$ é logaritmo do salário-hora do migrante e $\ln W_{i0}$ o logaritmo do salário-hora do nativo urbano (considerada a categoria base), \bar{X}_{i1} e \bar{X}_{i0} representa o valor médio dos atributos observados para migrantes e nativos, respectivamente e $\hat{\beta}_{i1}$ e $\hat{\beta}_{i0}$

correspondem aos vetores dos parâmetros estimados em regressões separadas para migrantes e nativos.

O componente denotado por $\sum_{i=1}^n \bar{X}_{i0} (\hat{\beta}_{i1} - \hat{\beta}_{i0})$ mede a parcela da diferença de rendimentos entre as categorias migrantes rural-urbano e nativos urbanos diante das variáveis não observadas devidamente avaliadas pelo mercado de trabalho. Quando positivo, o componente indicará que os trabalhadores na qualidade de migrantes receberão, em média, um salário superior aos trabalhadores na qualidade de nativos urbanos, obtendo, desta forma, uma autocorrelação positiva ao que tange os atributos não observados.

O segundo componente, por sua vez, representado pelo termo $\sum_{i=1}^n \hat{\beta}_{i1} (\bar{X}_{i1} - \bar{X}_{i0})$, corresponde à diferença de salários devida às características observadas entre os migrantes rural-urbano e os nativos urbanos. Caso seja positivo, o termo em questão indica que os trabalhadores na condição de migrantes serão positivamente selecionados diante das dotações observadas (estudo, experiência, etc.) ao ser relacionado com os trabalhadores na condição de nativos urbanos brasileiros. Desta forma, o mercado de trabalho permite que os indivíduos de maiores dotações tenham também maiores rendimentos.

4 PERFIL DO MIGRANTE RURAL-URBANO E INSERÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Nessa seção, investigam-se as características dos migrantes rural-urbano no tocante à raça, sexo, anos de estudo, idade, rendimento do trabalho, horas de trabalho, emprego e ocupação. O intuito é verificar como diferentes atributos influenciam a diferença salarial do migrante rural-urbano em relação ao não migrante rural da Paraíba e nativos urbanos do

Brasil, e ainda definir o perfil socioeconômico do migrante rural-urbano.

A tabela 1, abaixo, mostra as características do migrante rural-urbano originário da Paraíba, do não migrante rural paraibano e do nativo urbano brasileiro, conforme dos dados do Censo de 2000.

Tabela 1: Características dos trabalhadores por condição de migração – 2000

	Nativo urbano (Brasil) %	Não migrante rural (PB) %	Migrante rural-urbano (PB) %
Gênero			
Feminino	41,6	29,7	34,8
Masculino	58,4	70,3	65,3
Raça			
Não-branco	43,4	61,6	51,2
Branco	56,6	38,4	48,8
	Nativo urbano (média)	Não migrante rural (média)	Migrante (média)
Anos de estudos	7,9	3,0	3,8
Idade	32,2	34,7	29,4
Rendimento do trabalho (R\$)	614,2	155,3	261,0
Horas de trabalho	36,0	35,1	38,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados de Censo Demográfico de 2000.

Nota: Apenas trabalhadores com idade entre 18 e 70 anos.

Com referência ao gênero, observa-se que, no ano de 2000, os três grupos apresentados registraram maior participação masculina, sobretudo, quando se considera a população não

migrante rural da Paraíba. Tal evidência é consistente com o processo de masculinização da população rural no Brasil (CAMARGO e ABRAMOVAY, 1999).

Quanto à raça, verifica-se que há predominância dos não brancos, tanto no grupo dos migrantes quanto no grupo dos não migrantes do meio rural, notando-se que a diferença entre brancos e não brancos é menor entre os migrantes e maior entre os não migrantes. Por outro lado, constata-se maior participação de pessoas com pele de cor branca entre os nativos urbanos no Brasil.

Ainda de acordo com os dados apresentados pela Tab. 1 é possível perceber maior escolaridade dos migrantes rural-urbano em relação aos não migrantes rurais, visto que os migrantes tendem a fazer um investimento alto sobre sua educação, tornando-se, dessa forma, mais predisposto a migrar do que outros, como foi percebido por Schultz (1961). Não obstante, os nativos urbanos registram mais que o dobro de anos de estudo que os migrantes rural-urbano, fato que pode caracterizar as diferenças de acesso à educação entre a Paraíba e os demais estados brasileiros e entre os meios rural e urbano.

Quando observada a média de idade entre os três grupos, constata-se que os migrantes são compostos por indivíduos mais jovens do que os não migrantes tanto do meio rural paraibano, quanto do meio urbano brasileiro. Isso corrobora a abordagem do capital humano, a qual defende que indivíduos mais jovens seriam mais suscetíveis a aproveitar o retorno do investimento realizado na migração e teriam menor aversão ao risco.

No que se refere ao rendimento do trabalho principal, observa-se que os migrantes ganham, em média, mais que os não migrantes rurais, verificando-se também maior esforço dos migrantes em termos de horas trabalhadas. Por outro lado, nota-se que o migrante rural-urbano proveniente da Paraíba recebe salário inferior ao do nativo urbano brasileiro, mesmo com pouca diferença em termos de horas de trabalho. Assim, esses

resultados reforçam as diferenças regionais e sugerem que os migrantes paraibanos podem ser negativamente selecionados em atributos produtivos quando comparados aos nativos urbanos.

As características quanto ao emprego e a ocupação dos não migrantes rurais e dos migrantes rural-urbano da Paraíba no ano de 2000 são apresentados na Tab. 2 abaixo.

Tabela 2: Paraíba - características de emprego dos trabalhadores por condição de migração – 2000

Condição	Não migrante rural %		Migrante rural-urbano %	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Emprego				
Desempregado	15,1	6,6	23,5	13,1
Empregado	84,9	93,4	76,5	86,9
Ocupação				
Trabalhador doméstico com carteira	2,5	0,2	11,1	2,3
Trabalhador doméstico sem carteira	14,8	0,4	36,6	1,3
Empregado com carteira	22,4	13,4	17,3	41,5
Empregado sem carteira	22,8	41,2	18,9	32,6
Empregador	0,1	1,2	0,3	0,5
Conta-própria	17,6	40,8	12,1	19,6
Sem remuneração	0,1	0,1	0,3	0,0
Funcionário público	19,7	2,8	3,5	2,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados de Censo Demográfico de 2000.

Nota: Apenas trabalhadores com idade entre 18 e 70 anos.

Primeiro, com relação ao emprego no grupo dos não migrantes, os dados revelam que a maior percentagem acerca de

pessoas empregadas se encontra entre os homens, permanecendo o mesmo cenário quanto ao grupo dos migrantes. Ainda pode ser observado, que grande parte dos homens não migrantes empregados, não possui carteira de trabalho assinada ou trabalha por conta própria, ocupações típicas do setor informal. Já entre os homens migrantes empregados, há um percentual maior de ocupados com carteira de trabalho assinada, comparado aos homens não migrantes.

Comparando a distribuição do emprego entre as mulheres não migrantes do rural da Paraíba com as mulheres migrantes da rota rural-urbano do mesmo, percebe-se que entre as migrantes há uma maior frequência quanto à ocupação no trabalho doméstico, sobretudo, sem carteira. No que refere às mulheres que permanecem no meio rural paraibano, observa-se a obtenção de emprego também sem carteira, diferindo muito pouco das que tem carteira de trabalho assinada. Não menos importante, destaca-se uma forte participação das mulheres não migrantes na ocupação por conta própria e de funcionárias públicas, destacando forte incidência na última ocupação citada, podendo este fator estar associado com a sua permanência no meio rural paraibano.

A tabela 3, a seguir, mostra as características de emprego e ocupação dos nativos urbanos brasileiros e dos migrantes rural-urbano originários da Paraíba no ano de 2000.

Nota-se, através dos dados abaixo, uma maior participação do sexo masculino acerca da categoria emprego, tanto ao que se refere ao grupo dos nativos urbanos nas cidades brasileiras como também ao grupo de migrantes da rota rural-urbana oriunda da Paraíba, conseguindo em ambos os grupos se destacar por conter grande parte empregada no mercado de trabalho. Diferentemente dos não migrantes rurais da Paraíba (ver tabela 2), a maior parte dos homens e mulheres nativos urbanos empregados, trabalha com carteira assinada, enquanto que os migrantes rural-urbano

do sexo feminino são empregados em sua grande parte no trabalho doméstico e os homens com carteira assinada.

Tabela 3- Brasil: Características de emprego dos trabalhadores por condição de migração – 2000

Condição	Não migrante rural %		Migrante rural-urbano %	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Emprego				
Desempregado	22,0	14,3	23,5	13,1
Empregado	78,0	85,7	76,5	86,9
Ocupação				
Trabalhador doméstico com carteira	4,5	0,2	11,1	2,3
Trabalhador doméstico sem carteira	12,7	0,4	36,6	1,3
Empregado com carteira	40,6	41,9	17,3	41,5
Empregado sem carteira	15,8	22,7	18,9	32,6
Empregador	2,0	3,8	0,3	0,5
Conta-própria	14,7	25,5	12,1	19,6
Sem remuneração	0,0	0,0	0,3	0,0
Funcionário público	9,7	5,5	3,5	2,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados de Censo Demográfico de 2000.

Nota: Apenas trabalhadores com idade entre 18 e 70 anos.

Em linhas gerais, os dados das tabelas anteriores permitem observar que o migrante rural-urbano proveniente da Paraíba tem as seguintes características típicas: é homem, não branco, jovem, possui menos de 4 anos completos de estudo e se encontra empregado em ocupações informais.

4.1. Resultados empíricos

Essa subseção tem como objetivo produzir evidências referentes à diferenciação salarial entre os migrantes da rota rural-urbana originários da Paraíba e os nativos urbanos brasileiros. Para tanto, foram estimados três regressões de salários (ver equação (1)) através dos dados do Censo 2000 do IBGE, considerando diferentes amostras de acordo com a região de residência dos trabalhadores. Procura-se, portanto, verificar se após o controle de diversos atributos observados, os migrantes receberam, em média, salários superiores (inferiores) aos registrados para os nativos urbanos. Tais evidências podem caracterizar a seletividade do migrante rural-urbano proveniente da Paraíba e seus ganhos no mercado de trabalho (SANTOS JÚNIOR et al., 2005).

A tabela 4, a seguir, mostra os resultados derivados da estimação das regressões de salários. Na coluna (1), a regressão estimada considerou os trabalhadores residentes em todas as regiões brasileiras, e sua especificação difere das demais pela inclusão de variáveis binárias para localização por região (residir no Sudeste é a categoria omitida). Na coluna (2), a estimativa foi feita para residentes do meio urbano da região Nordeste, incluindo dummies de localização estadual (residir na Paraíba o atributo omitido). Por fim, na coluna (3) encontram-se os resultados da regressão feita para residentes da zona urbana da região Sudeste considerando dummies de localização estadual (residir em São Paulo é a categoria base). Tais especificações buscam captar possíveis hiatos de salários a partir das diferenças dos mercados de trabalho regionais, reforçando os indícios acerca da seletividade do migrante.

Tabela 4: Regressões de salários-hora (migrante rural-urbano (PB) versus nativo urbano) - 2000

	(1) Modelo I (Amostra Brasil)	(2) Modelo II (Amostra NE)	(3) Modelo III (Amostra SE)
Homem	0,2460*** (0,0010)	0,2527*** (0,0022)	0,2429*** (0,0013)
Branco	0,1823*** (0,0010)	0,1291*** (0,0023)	0,1624*** (0,0014)
Experiência	0,0417*** (0,0001)	0,0371*** (0,0003)	0,0435*** (0,0002)
Experiência2	-0,0005*** (0,0000)	-0,0004*** (0,0000)	-0,0005*** (0,0000)
Estudo1a4	0,2403*** (0,0025)	0,2457*** (0,0038)	0,1877*** (0,0043)
Estudo5a10	0,6203*** (0,0026)	0,6214*** (0,0041)	0,5360*** (0,0044)
Estudo11a14	1,1875*** (0,0027)	1,2096*** (0,0046)	1,0784*** (0,0046)
Estudo15m	2,0758*** (0,0032)	2,1808*** (0,0067)	1,9433*** (0,0050)
Empregado sem carteira	-0,2978*** (0,0012)	-0,3227*** (0,0024)	-0,2627*** (0,0016)
Autônomo	0,0011 (0,0014)	-0,1100*** (0,0030)	0,0688*** (0,0020)
Empregador	0,7254*** (0,0039)	0,8612*** (0,0105)	0,7018*** (0,0050)
Funcionário Público	0,1457*** (0,0018)	0,1364*** (0,0037)	0,1957*** (0,0026)
Migrante	-0,0413*** (0,0146)	-0,1041*** (0,0216)	-0,0272 (0,0189)
NO	-0,2123*** (0,0025)		
NE	-0,4108*** (0,0013)		
CO	-0,1266*** (0,0022)		
SUL	-0,1260*** (0,0013)		

RN		0,0206***	
		(0,0053)	
PE		0,0798***	
		(0,0043)	
PI		-0,0283***	
		(0,0058)	
MA		-0,0678***	
		(0,0053)	
CE		0,0184***	
		(0,0045)	
BA		0,1010***	
		(0,0041)	
AL		0,1128***	
		(0,0057)	
SE		0,1087***	
		(0,0062)	
RJ			-0,1480***
			(0,0017)
MG			-0,3832***
			(0,0016)
ES			-0,3323***
			(0,0036)
Intercepto	0,6860***	0,3113***	0,8927***
	(0,0032)	(0,0070)	(0,0050)
R2 ajustado	0,463	0,391	0,472
Observações	2.353.286	542.176	1.217.358

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados de Censo Demográfico de 2000.

Notas: Desvios-padrão robustos à heterocedasticidade entre parênteses. *** Estatisticamente significativa a 1%. ** Estatisticamente significativa a 5%. * Estatisticamente significativa a 10%.

Os dados revelam um diferencial positivo favorável à remuneração masculina, o que significa que os homens ganharam mais que as mulheres no ano de 2000, sendo essa diferença maior quando se observado a região Nordeste. Observa-se ainda, que os indivíduos de raça branca também obtiveram um diferencial salarial a seu favor quando comparado

aos não brancos, verificando essa distinção em toda cidade brasileira.

Quanto ao nível de experiência no mercado de trabalho, as evidências sugerem que os indivíduos mais experientes auferiram maior salário-hora, consistindo um efeito não linear, especialmente, na região Sudeste. Cabe ressaltar que a referida relação de não linearidade entre experiência e salários leva em consideração a propriedade dos rendimentos decrescentes, podendo estar associada ao fato de que quanto mais velhos os indivíduos ficam menos hábeis ao trabalho, recebendo, dessa forma, menores rendimentos com o aumento da idade. Já acerca dos anos de estudos verificados, pode-se observar que quanto maior o grau de instrução do indivíduo maior seu salário-hora. Para entender melhor, cabe observar que a diferença salarial entre os trabalhadores com mais de quinze anos e os que não têm nenhum ano de estudo foi de 2,1 log de salário-hora (ver coluna (1)).

Quanto à posição dos trabalhadores na ocupação (empregado sem carteira, autônomo, empregador e funcionários públicos), os resultados apresentam que os empregados sem carteira de trabalho assinada receberam um salário-hora menor que o adquirido pelos trabalhadores com carteira assinada (categoria omitida), sobretudo para aqueles residentes no Nordeste (ver coluna (2)). Os dados também revelam importantes diferenças de remuneração entre os mercados de trabalho regionais. Note-se que os autônomos da região Nordeste receberam salário inferior aos trabalhadores empregados com carteira assinada, enquanto para os residentes no meio urbano do Sudeste, observa-se o contrário. Ainda através dos dados estimados, é possível verificar que tanto os empregadores quanto os funcionários públicos obtiveram um diferencial positivo em rendimentos recebidos quando comparados aos trabalhadores com carteira assinada.

De acordo com os coeficientes estimados no modelo da coluna (1) na Tab. 4, acima, verifica-se certa regularidade para as diferenças regionais, visto que os trabalhadores residentes nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul ganharam um salário-hora médio menor que o recebido pelos moradores da região Sudeste (variável omitida). Já quando se considera as estimativas do modelo da coluna (2), percebe-se que, com exceção do Maranhão e do Piauí, os trabalhadores residentes nos demais estados nordestinos receberam um salário-hora maior que o observado para os trabalhadores do meio urbano do estado da Paraíba (categoria base), reforçando as diferenças intrarregionais. Ainda nesse contexto, as estimativas da coluna (3) permitem inferir que os trabalhadores residentes nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, ganharam o menor salário-hora comparado aos moradores de São Paulo (categoria de referência).

Contudo, a evidência mais importante da Tab.4 diz respeito das diferenças de salários atribuídas à condição de migrante. Após considerar o efeito das características pessoais, capital humano e ocupação no mercado de trabalho, observa-se que o coeficiente da variável *dummy* de migração foi negativo e estatisticamente significativo a 1% nas estimativas das colunas (1) e (2). Tais resultados sugerem que o migrante da rota rural-urbana oriundo da Paraíba, auferiu um rendimento médio menor que os nativos urbanos das cidades brasileiras, devido à presença de atributos não observados desfavoráveis, como menor motivação, persistência, empreendedorismo, etc., quando comparados aos nativos (CHISWICK, 1999; SANTOS JÚNIOR et. al, 2005)¹⁴.

¹⁴ O resultado deve ser visto com cautela, pois a diferença salarial entre o migrante rural-urbano e o nativo urbano pode diminuir ao decorrer do tempo de residência na cidade, sobretudo, se o migrante absorver capital humano específico à região e/ou estabelecer contanto com novas redes sociais. No entanto, os dados usados aqui não permitem checar essa possibilidade.

Na tabela 5, abaixo, são apresentados os resultados obtidos com a decomposição de Oaxaca para as equações de salários. Para isso, os modelos I, II e III seguiram as mesmas especificações utilizadas anteriormente, exceto ao que se refere à variável binária de migração, uma vez que foram feitas regressões separadas para amostras de nativos urbanos e migrantes rural-urbano sem a inclusão daquela variável.

Tabela 5 – Brasil: Decomposição de Oaxaca para as equações de salários (nativo urbano versus migrante rural-urbano oriundo da Paraíba)

Especificação	Modelo I (amostra Brasil)		Modelo II (amostra NE)		Modelo III (amostra SE)	
	valor	%	valor	%	valor	%
Diferencial devido aos atributos	59,8	93,6	41,8	80,4	40,0	93,7
Diferencial não explicado	4,1	6,4	10,4	19,9	2,7	6,3
Diferencial total	63,9	100,0	52,2	100,0	42,7	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados de Censo Demográfico de 2000.

Notas: Categoria base: Nativo Urbano. Valores positivos do diferencial não explicado indicam vantagem para a categoria base; valores negativos o oposto.

Os dados revelam que a diferença do logaritmo do salário entre o nativo urbano e o migrante rural-urbano no ano de 2000, em sua grande parte, é explicada pelos atributos observados, essencialmente no que tange o Modelo I e o Modelo III, cujo percentual é de 93,6% no primeiro modelo e de 93,7% no segundo. Diante disso, nota-se que o nativo urbano possui uma situação vantajosa frente ao migrante rural-urbano, visto que o diferencial total encontrado é positivo.

Quanto à análise do modelo II, verifica-se que os migrantes e nativos residentes na região Nordeste detêm maior participação das variáveis não observadas para explicar o diferencial salarial observado, sendo esta equivalente a 19,9% do diferencial total. Tal resultado reforça as evidências de que os migrantes rural-urbano possuem atributos não observados desfavoráveis em relação aos nativos urbanos, uma vez que os trabalhadores menos hábeis teriam maiores dificuldades para enfrentar os custos de migração para cidades fora da região Nordeste. Desse modo, as evidências sugerem que o migrante rural-urbano é negativamente selecionado quando comparado à categoria nativo urbano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por finalidade analisar a inserção dos emigrantes rurais oriundos da Paraíba no mercado de trabalho das cidades brasileiras. A partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991 e de 2000 do IBGE, no primeiro momento, em busca de comparar os migrantes rural-urbano e os não migrantes rural, verificaram-se os atributos particulares de cada grupo. Os resultados mostraram que o migrante típico oriundo do rural da Paraíba é um trabalhador do sexo masculino, não branco, com média de 3,8 anos de estudo e que arbitrou em média com 29,4 anos de idade. Essas características se mostraram distintas com as que foram observadas para os nativos urbanos e para os não migrantes rurais. Quanto à ocupação no mercado de trabalho urbano, verificou-se que os migrantes estão engajados em empregos típicos do setor informal (trabalho autônomo ou sem carteira assinada), com destaque para as mulheres que registram predominância no trabalho doméstico sem carteira assinada. Por outro lado, constatou-se que, embora o migrante rural-urbano seja possuidor de melhor escolaridade e de rendimentos que o não migrante

rural, essas características são opostas em relação ao nativo urbano.

Os resultados empíricos, obtidos a partir de regressões de salários, permitiram constatar que os migrantes rural-urbano provenientes da Paraíba receberam um salário-hora, em média, inferior ao dos nativos urbanos no ano de 2000, após considerar o efeito de diversos atributos observados. Por sua vez, a decomposição de Oaxaca revelou que no ano de 2000 os nativos urbanos possuíam situação vantajosa frente aos migrantes rural-urbano, já que a diferença salarial foi favorável ao primeiro grupo. Ainda se observou que os atributos observados explicam melhor a diferença salarial entre migrantes e nativos, apesar da constatação de importante participação dos atributos não observados para os residentes na região Nordeste. Portanto, as evidências encontradas nesse estudo sugerem que, embora o migrante rural-urbano do estado da Paraíba apresente maiores dotações de capital humano e rendimentos, comparado ao não migrante rural daquele estado, encontra-se em pior situação relativa a partir das características observadas e não observadas para o nativo urbano brasileiro, o que possivelmente pode gerar dificuldades para seu progresso econômico nas cidades.

6. Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio financeiro recebido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) essencial na realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Gláucia O. Os novos fluxos da população brasileira: gênero e rearranjos familiares. In MARTES, A. C. e FLEISCHER, S. (org.) (2003). **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BORJAS, G. Self-selection and the earnings of immigrants. **American Economic Review**, v.77, n.4, p.531-553,1987.

RAGA, T. S. O setor informal e as formas de participação na produção: os casos das Regiões Metropolitanas de Salvador e Recife. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP, 2006, Caxambú. **Anais...** Caxambú: ABEP, 2006. p.1-23.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **IPEA – Texto para discussão nº 621**, Rio de Janeiro, p.1-21, 1999.

CHISWICK, B. Are immigrants favorably self-selected?. **American Economic Review**, v.89, n.2, p.181-185, 1999.

CHISWICK, B. The Effect of Americanization on the Earnings of Foreign-Born Men. **Journal of Political Economy**, v.86, n.5, p.897-921, 1978.

COLE, W.E; SANDERS, R.D. Internal Migration and Urban Employment in the Third World. **American Economic Review**, v. 75, n. 3, p. 481-494, 1985.

FERREIRA, E. W. Migrações internas: algumas considerações teóricas. **Revista CEPPG**, Centro de Ensino Superior de Catalão, n.4, p.99-107, 2001.

GOLGHER, André Braz. Fundamentos da migração. **CEDEPLAR - Texto para discussão nº 231**, Belo Horizonte, p.1-49, 2004.

GOZA, Franklin. Redes sociais e a integração de brasileiros no Canadá e nos Estados Unidos. In MARTES, A. C. e FLEISCHER, S. (orgs.) (2003). **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HARRIS, R. J.; TODARO, M. P. Migration, unemployment and development: A two-sector analysis. **American Economic Review**, v.60, n.1, p.126–142, 1970.

IBGE.**Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. CD-ROM.

IBGE.**Censo Demográfico de 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. CD-ROM.

LEWIS, W.A. Economic Development with Unlimited Suppliers Labor. **Manchester School of Economic and Social Studies**, v.22, p. 139-191, 1954.

KATZ, E. ; STARK, O. International Migration Under Asymmetric Information. **Economic Journal**, v.97, n.387, p.718-726, 1987.

MAIA, Rui Leandro. Migrações e redes de relações sociais em meio urbano: um exemplo a partir do porto. **Revista de demografia histórica**, XX, I, 2002, segunda época, pp. 53-80, 2002.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 99-143, 1984.

MINCER, J. Family Migrations Decisions. **Journal of Political Economy**, v.86, n.5, p.749-773, 1978.

PORTES, Alejandro. Migrações internacionais. Origens, tipos e modos de incorporação. **Oeiras**: Celta Editora, 1999.

RAMALHO, Hilton Martins de Brito. Migração Rural-Urbana no Brasil: Determinantes, Retorno Econômico e Inserção Produtiva. **Tese de Doutorado**, UFPE, 2008.

RANIS, G.; FEI, J.C.H. A Theory of Economic Development. **American Economic Review**, v.51,n.4, p.533-565, 1961.

ROY, A.D. Some Thoughts on the Distribution of Earnings. **Oxford Economic Papers**, v. 3, n 2, p. 135-146, 1951.

SANTOS JÚNIOR, E. R.; MENEZES-FILHO, N; FERREIRA, P.C. Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.35, n.3, p. 299-331, 2005.

SCHULTZ, T.W. Investment in Human Capital. **American Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.

SJAASTAD, Larry. The costs and returns of human migration. **Journal of Political Economy**, v.70, n.5, p.80-93, 1962.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 8 ed., 1981.

SOARES, Weber. Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. **Revista Brasileira Estudos Populacionais**, Campinas, v.21.n.1.p. 101-116, jan-jun, 2004.

SOMIK, V.L.; SELOD, H.; SHALIZI, Z. Rural-Urban migration in developing countries: a survey of theoretical predictions and empirical findings. **World Bank Policy Research Working Paper n° 3915**, p.1-63, 2006.

SOUZA, A.C.; FEIJÓ, C.A.;SILVA, D.B.N. Níveis de Informalidade na Economia Brasileira. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, n. 3, p. 422-444, 2006.

STARK, O. Research on Rural-to-Urban Migration in Less Developed Countries: The Confusion Frontier and Why We Should Pause to Rethink Afresh. **World Development**, v.10, p.73-70,1982.

STARK, O.; BLOOM, D. The New Economics of Labor Migration. **American Economic Review**. v.75, p.173-178, 1985.

STARK, O.; TAYLOR, E.; YITZHAKI, S. Remittances and Inequality. **Economic Journal**, v. 96, n. 383, p. 722-740, 1986.

STARK, O.; LUCAS, R. E. Migration, Remittances, and the Family. **Economic Development and Cultural Change**, v. 36, n. 3, p. 465-481, 1988.

STARK, O.; LEVHARI, D. On Migration and Risk in LDCs. **Economic Development and Cultural Change**, v. 31, n. 1, p. 191-196, 1982.

STARK, O. Rural-to-Urban Migration in LDCs: A Relative Deprivation Approach. **Economic Development and Cultural Change**, v. 32, n. 3, p. 475-486, 1984.

TODARO, M.P. A model of labor migration and urban unemployment in Less Developed Countries. **American Economic Review**, v. 59, n. 1, p. 138-148, 1969.

APÊNDICE

Tabela A.1: Descrição das variáveis utilizadas nas regressões

Atributos	Definição
Homem	Variável binária: 1- masculino; 0-feminino *
Branco	Variável binária: 1- branco; 0-não branco *
Experiência	Idade em anos – anos de estudo – 5 (proxy para experiência)
Experiência ²	Experiência ao quadrado (em anos)
Estudo1a4*	Variável binária: 1- se tem de 1 a 4 anos de estudo; 0-caso
Estudo5a10*	Variável binária: 1- se tem de 5 a 10 anos de estudo; 0-caso
Estudo11a14*	Variável binária: 1- se tem de 11 a 14 anos de estudo; 0-caso
Estudo15m*	Variável binária: 1- se tem 15 ou mais anos de estudo; 0-caso
Empregado sem Autônomo*	Variável binária: 1- empregado sem carteira assinada; 0- Variável binária: 1- trabalhador por conta própria; 0-
Empregador*	Variável binária: 1- empregador; 0- empregado com carteira *
Funcionário	Variável binária: 1- funcionário público; 0- empregado com
Migrante	Variável binária: 1- migrante rural-urbano proveniente da PB;
RM	Variável binária: 1- reside em região metropolitana; 0-caso
MA*	Variável binária: 1- reside no Maranhão; 0- reside na Paraíba *
PI*	Variável binária: 1- reside no Piauí; 0- reside na Paraíba *
CE*	Variável binária: 1- reside no Ceará; 0- reside na Paraíba *
RN*	Variável binária: 1- reside no Rio Grande do Norte; 0- reside
PE*	Variável binária: 1- reside em Pernambuco; 0- reside na
AL*	Variável binária: 1- reside em Alagoas; 0- reside na Paraíba *
SE*	Variável binária: 1- reside em Sergipe; 0- reside na Paraíba *
BA*	Variável binária: 1- reside na Bahia; 0- reside na Paraíba *
RJ*	Variável binária: 1- reside no Rio de Janeiro; 0- reside em São
MG*	Variável binária: 1- reside em Minas Gerais; 0- reside em São
ES*	Variável binária: 1- reside no Espírito Santo; 0- reside em São
NO*	Variável binária: 1- reside no Norte; 0- reside no Sudeste *
NE*	Variável binária: 1- reside no Nordeste; 0- reside no Sudeste *
SUL*	Variável binária: 1- reside no Sul; 0- reside no Sudeste *
CO*	Variável binária: 1- reside no Centro-Oeste; 0- reside no

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados de Censo Demográfico de 2000.

Nota: * Categoria de referência/controle.

Tabela A.2: Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas nas regressões

	Brasil				Nordeste				Sudeste			
	nativo		migrante		nativo		migrante		nativo		migrante	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Log salário-	2,1	0,9	1,4	0,8	1,6	0,9	1,1	0,8	2,3	0,9	1,9	0,5
Homem	0,6	0,4	0,6	0,4	0,6	0,4	0,6	0,4	0,6	0,4	0,7	0,4
Branco	0,5	0,4	0,5	0,5	0,3	0,4	0,4	0,4	0,6	0,4	0,6	0,4
Experiência	20,	12,	20,	11,	21,	12,	23,	12,	19,	12,	17,	9,3
Experiência	558	651	561	653	631	708	697	754	540	634	394	451
Estudo1a4	0,2	0,4	0,4	0,5	0,2	0,4	0,4	0,5	0,2	0,4	0,4	0,5
Estudo5a10	0,3	0,4	0,2	0,4	0,3	0,4	0,2	0,4	0,3	0,4	0,3	0,4
Estudo11a1	0,3	0,4	0,0	0,2	0,2	0,4	0,0	0,2	0,3	0,4	0,0	0,2
Estudo15m	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,1	0,3	0,0	0,0
Emp. sem	0,2	0,4	0,4	0,4	0,3	0,4	0,5	0,5	0,2	0,4	0,2	0,4
Autônomo	0,2	0,4	0,1	0,3	0,2	0,4	0,2	0,4	0,1	0,4	0,0	0,2
Empregado	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
Funcionário	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0
NO	0,0	0,2	0,0	0,0								
NE	0,2	0,4	0,5	0,5								
SUL	0,1	0,3	0,0	0,0								
CO	0,0	0,2	0,0	0,2								
MA					0,0	0,2	0,0	0,0				
PI					0,0	0,2	0,0	0,0				
CE					0,1	0,3	0,0	0,1				
RN					0,0	0,2	0,0	0,2				
PE					0,1	0,3	0,1	0,3				
AL					0,0	0,2	0,0	0,0				
SE					0,0	0,1	0,0	0,0				
BA					0,2	0,4	0,0	0,1				
RJ									0,2	0,4	0,1	0,3
ES									0,0	0,1	0,0	0,0
MG									0,2	0,4	0,0	0,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados de Censo Demográfico de 2000.

Nota: M – Média e DP – Desvio Padrão.